

CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DA PSICOLOGIA INSTITUCIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Cecília Raquel Climério da Costa¹

Lucas Basílio Ramos Gurjão²

Dulcineide Guimarães da Mata³

Adrian Andrade de Araújo⁴

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Miyuki Hashizume⁵

RESUMO

O presente trabalho relata a experiência vivenciada em 2022, no estágio obrigatório supervisionado em Psicologia. O estudo de campo ocorreu em uma escola de ensino público de Campina Grande - PB, sendo realizada uma análise institucional optou-se pela escuta individual dos alunos como foco deste trabalho e como um dos principais elementos no fortalecimento da instituição para a resolução de suas dificuldades, auxiliando no diálogo, troca de idéias e união grupal. O objetivo foi facilitar e possibilitar um maior contato e estreitamento nas relações entre a Equipe gestora da escola e os discentes, desenvolvendo e ampliando o diálogo no ambiente escolar, além de propiciar a escuta individual dos alunos e questão de aprendizagem, encaminhando esses alunos para um acompanhamento psicológico na clínica escola da universidade. As vivências teórico-práticas e reflexões suscitadas pela experiência possibilitaram o reconhecimento de resistências e avanços no campo da Psicologia Institucional, destacando a importância do acolhimento das demandas subjetivas dos discentes e o potencial de discutir meios que contribuam na formação docente. Esta experiência de estágio está ancorada em outras ações da Resolução n.07 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14, que regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para estes cursos. Assim como o estágio básico, tal legislação torna compulsória a formação acadêmica atrelada à vivência prática em campo.

Palavras-chave: Psicologia Escolar, Estágio básico, Psicologia Institucional, Intervenção escolar.

¹ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
ceciliaraquelclimerio1@gmail.com

² Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
Lucasbasilio.profissional@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
dulcineidedamata@hotmail.com

⁴ Graduando do Curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,
adri.andrade146@gmail.com

⁵ Professora Orientadora: Profa. Dra. Cristina Miyuki Hashizume, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB,

INTRODUÇÃO

As escolas são instituições que são indispensáveis para o ensino e a aprendizagem. A instituição estende ao sujeito um suporte à sua personalidade e necessita ser um ambiente que proporcione formas de crescimento e de desenvolvimento da personalidade. Desse jeito, quanto maior for a fragilidade e a pouca integração da personalidade de cada sujeito, mais o indivíduo carece do apoio e mais dependente será da instituição.

No âmbito escolar, por se tratar de um espaço que encontra-se perante circunstâncias variáveis e inúmeras relações, sofrendo pelas mais diversas inferências que podem dificultar os objetivos que as compõem, os problemas dos professores e alunos, como membros da instituição, também devem ser levados em consideração, pois muitas vezes podem afetar não somente o trabalho na escola, mas, em soma, seus determinantes sociais e subjetivos.

Quando existe a oportunidade de observar e refletir a respeito do processo de solidificação do modelo educacional brasileiro, é bastante notório como a interferência da Psicologia enquanto ciência foi bastante presente na construção do atual estado da educação no país. Mesmo com lacunas que a cada dia se agravam, os avanços são vistos de forma esperançosa por quem se propõe a dedicar seu trabalho em prol do bem-estar nas camadas e serviços de base da sociedade. A psicologia escolar é um exemplo desse avanço, que mesmo com percalços, foi essencial para a compreensão dos fenômenos e processos escolares e educativos.

Os seres humanos precisam, constantemente, produzir as condições materiais de sua existência. Desde os tempos mais remotos até os dias atuais, sob condições rudimentares ou amparado pelo uso da mais alta tecnologia, o homem intervém sobre a natureza e, a partir dela, constrói as condições objetivas para sua sobrevivência (Gomes et al., 2010).

A escola, enquanto o receptáculo desses indivíduos da sociedade que buscam, de certa forma, um alicerce para a sua emancipação (frisando que este não é o único meio para se chegar a tal), se mostra um instrumento mal utilizado devido à escassez de políticas públicas efetivas que contemplem todas as áreas mais necessitadas. Sem os recursos necessários para a remuneração dos professores, pagamento dos demais funcionários, aquisição de refeições e materiais, reformas estruturais e logísticas periódicas, não é possível consolidar o objetivo final de emancipar os educandos e promover a realização profissional dos educadores.

As práticas dos profissionais na escola são operadas e criadas por pessoas, que atualizam crenças, saberes, formas de proceder e produzem subjetividades, ou seja, são

passíveis de falhas. Essa lacuna, mencionada por Machado (2008) em seus escritos, se dá pela percepção turva da atuação dos professores com a demanda que seus alunos trazem em sala de aula, podendo notar certa dificuldade no desenvolvimento de um vínculo construtivo.

Na perspectiva dos determinantes sociais das relações humanas, pode-se discutir a Psicologia Institucional. Em primeiro lugar, é necessário entendermos o termo instituição, Bock *et al.* (1999) discursam sobre a institucionalização como forma de regularizar as normalidades da vida em grupo, ou seja, a combinação entre as pessoas de algumas regras para o convívio coletivo.

A instituição molda-se como uma forma de guiar o comportamento e padrão ético das pessoas, servindo como corpo de regras e valores sociais, sendo reproduzida constantemente e de maneira invisível, onde só se percebe se ela for quebrada.

No contexto em que a instituição é o corpo de regras e valores sociais, a organização será a base concreta da sociedade. A organização será uma forma de aparato para reprodução dessas instituições no cotidiano da sociedade, caracterizando um pólo prático, onde vão ser materializadas essas regras através da reprodução social, como uma escola, por exemplo.

Neste assunto, encontra-se a Psicologia Institucional proposta por J. Bleger, que procurou relacionar a psicanálise e o marxismo para analisar a atuação profissional em psicologia, para além das práticas terapêuticas e consultorias.

Para Bleger (1984), no objetivo do trabalho institucional, compete ao psicólogo identificar os pontos de urgência que devem ser trabalhados a partir de métodos grupais, elaborando que, em todos os grupos, deve haver um tipo de relacionamento que é, contraditoriamente, uma não relação, na perspectiva de uma não individualização, que se dita como matriz ou alicerce base de todo o grupo. Conforme Gula e Pinheiro (2007), “a Psicologia institucional se propõe a intervir nas formas estereotipadas e alienadas que os relacionamentos interpessoais assumem nos grupos, nas organizações e nas instituições, impedindo que os indivíduos se constituam como agentes de suas próprias ações e escolhas”.

De acordo com Guirado (1986, p. 35), o psicólogo institucional deverá trabalhar como “um técnico da relação interpessoal, dos vínculos humanos, um técnico da explicitação do implícito. Sua função não será jamais a de decidir ou de resolver os problemas da instituição nem de executar as ações decididas pelos grupos”.

Do papel do psicólogo no trabalho com a instituição, é necessário uma sondagem dos objetivos específicos da instituição e os caminhos pelos quais a mesma procura alcançar tais objetivos. O conhecimento sobre tais objetivos institucionais, de suas dinâmicas e

consequências abrangem também os motivos que levaram a instituição a pedir a intervenção profissional de um psicólogo.

Deste modo, é imprescindível estudar as fantasias que a instituição concebe a respeito do que o psicólogo efetua ou poderá efetuar em sua localidade, dado que a atividade do psicólogo proporciona ansiedades de modos variados, que provocarão um manuseio específico no contexto de transcender os obstáculos e resistências que poderão impedir suas ações. Bleger (1984, p. 53) pontua isso de tal maneira “ o psicólogo é um agente de mudança e um catalisador ou depositário de conflitos, e, por isso, as forças operantes na instituição irão agir no sentido de anular ou amortizar suas funções e sua ação” .

O presente trabalho foi organizado com a finalidade de apresentar e analisar os dados colhidos e as necessidades e especificidades advindos da gestão, do corpo docente e discente de uma escola estadual de Campina Grande- PB, realizado como exigência do estágio curricular I em Psicologia; como também poder auxiliar à Escola com um projeto que visou contribuir com a melhoria de sua atuação como instituição educacional, e de acordo com o diagnóstico e leitura institucional.

Além disso, o objetivo primordial do projeto desenvolvido na escola foi facilitar e possibilitar um maior contato e estreitamento nas relações entre a Equipe gestora da escola e os discentes, desenvolvendo e ampliando o diálogo no ambiente escolar, propiciando a escuta individual dos alunos apresentados como “problemas” e encaminhando esses alunos para um acompanhamento psicológico individualizado na clínica escola da Universidade Estadual da Paraíba. O projeto buscou ainda a possibilidade de encontrar juntos as soluções e as formas para um ambiente de trabalho mais agradável, promovendo uma reflexão mais ampla e aprofundada acerca das questões que envolvem a escola e a educação de uma forma geral, debatendo dificuldades e trabalhando com novas possibilidades.

METODOLOGIA

Utilizando-se da Análise Institucional, a metodologia adotada para este projeto fundamenta-se em atividades que constituem a um só tempo de investigação e intervenção na escola, podendo analisar o cotidiano da escola e os atores envolvidos, bem como novas possibilidades e interesses. Essa estratégia forma a ideia de pesquisa e intervenção, visto que questiona os sentidos cristalizados na instituição, entendendo como um grupo de práticas que atravessa todas as relações existentes no ambiente escolar. Assim, o projeto se propôs a impactar os espaços de poder formados, de modo a consentir a promoção de novos campos.

Nesse campo de intervenção (escola estadual de Campina Grande-PB), a implicação se constitui nas dificuldades ligadas, por exemplo, à conexão dos saberes acadêmicos com os processos sociais, à sensibilização dos professores no que se refere às formas de cultura das classes populares, às formas de colaboração entre professores e estudantes, ao ambiente escolar e intervenções da coordenação pedagógica, e muitas outras dificuldades que prejudicam as políticas públicas de educação.

A forma encontrada para realização da investigação/intervenção reside na apreensão do comportamento/dinâmica da instituição, através da observação e participação no cotidiano escolar, utilizando atividades que estabeleceram recortes institucionais do contexto escolar, como reuniões com os professores e dinâmicas e escutas individuais com os discentes.

As reuniões com os professores aconteceram esporadicamente conforme a disponibilidade do calendário escolar, sendo momentos de discussões e escuta com os atores sociais envolvidos no processo, buscando encontrar juntos as soluções e as formas para um ambiente de trabalho mais agradável, promovendo uma reflexão mais ampla e aprofundada acerca das questões que envolvem a escola e a educação de uma forma geral, debatendo dificuldades e trabalhando com novas possibilidades.

Paralelamente, o trabalho com os alunos se dividiu em duas partes, sendo realizado em um único dia, com um grupo selecionado pela coordenação pedagógica e descrito como “problemáticos, agressivos e/ ou violentos”. A primeira parte, foi de aspecto reflexivo, direcionando a atenção para uma discussão sobre o caráter subjetivo da adolescência, para que os alunos discorressem sobre o que pensavam a respeito do assunto, com o intuito de correlacionar o conteúdo exposto com as vivências subjetivas de cada discente. Já a segunda parte, foi direcionada para escuta individual de cada aluno com os estagiários, com o objetivo de compreender as dificuldades e processos nos quais o sujeito estava inserido.

Durante o encontro, foi assegurado um lugar para livre demonstração de opiniões e pensamentos sobre o tema sugerido, bem como a função da escola na vida dos estudantes e a atuação dos mesmos na manutenção da rotina escolar.

A coleta de dados sobre as práticas foi realizada por meio da realização de diários de campos, que segundo Kroef, Gavillon e Ramm (2020):

Tal modalidade de escrita compreende a descrição dos procedimentos do estudo, do desenvolvimento das atividades realizadas e também de possíveis alterações realizadas ao longo do percurso da pesquisa, além de servir como uma narrativa textual das impressões do(a) pesquisador(a). No diário se traz para o debate os conhecimentos e saberes dos(as) pesquisadores(as), propostas e ações, suas angústias, desejos, avanços e dificuldades.

Portanto, os diários de campo também consistiram em uma ferramenta de intervenção, pois provocaram reflexões sobre a própria prática do estágio e foram citados em todo o contexto da elaboração do relatório final do estágio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer do estágio, compreendeu-se a profunda contribuição da Psicologia Institucional, uma vez que foi possível identificar questões concernentes à instituição e seus contextos (concretos e subjetivos), que perpassam o nível individual de cada aluno e profissional da escola.

Segundo Bleger (1984) “em psicologia institucional, interessa-nos a instituição como totalidade; podemos nos ocupar de uma parte dela, mas sempre em função da totalidade”, ou seja, nas intervenções realizadas, consideramos com uma certa distância todos os contextos que influenciavam o comportamento daqueles sujeitos, e que eram influenciados por eles.

A partir dessa perspectiva, definiu-se os seguintes aspectos centrais no direcionamento do diagnóstico institucional e práticas do estágio: embates entre gestão e alunado; condições de trabalho; contexto socioeconômico dos alunos e limites entre responsabilidades da escola e família.

A princípio, encontramos desequilíbrio entre as problemáticas relatadas pela gestão e pelos alunos, pois alguns “alunos-problema” encaminhados para o estágio não apresentavam demandas escolares, isto é, passíveis de receberem nossa orientação nessa ênfase. À guisa de exemplificação, recebemos demandas focadas em identificar rapidamente a causa e informar a solução dos problemas comportamentais dos alunos, tais como: desinteresse nas aulas, bullying, degradação patrimonial e traços de transtornos mentais (depressão, ansiedade, etc).

Desse modo, percebeu-se que os objetivos explícitos da instituição eram estabelecer a ordem e facilitar a convivência social a partir das normas, regras e valores escolares, ao passo em que percebemos os objetivos implícitos baseados no desejo da gestão em “controlar” e “adaptar” os alunos ao regimento interno, mesmo em meio ao contexto turbulento pós-pandemia, em que ficaram distantes por dois anos do convívio escolar. Portanto, nota-se que essa instituição, embora buscasse educar as crianças e adolescentes com quem tivemos contato, procurava uma adequação de comportamentos e princípios ao que a presente gestão achava correto.

Em paralelo a isso, a gestão apresentou embates não apenas com alunos, mas também com o corpo docente da escola, pois os professores expressavam necessidade de escuta e melhores condições de trabalho. Além disso, percebemos que algumas requisições dos mesmos estavam relacionadas a aspectos do poder público, como recursos financeiros para a construção de quadras para a aula de Educação Física.

Outrossim, o contexto educacional se apresentou como extremamente complexo, visto que não depende apenas do trabalho de um indivíduo isolado, e sim de um trabalho coletivo. Desse modo, a saúde mental do professor, que é quem mais possui contato com os alunos, se torna adoecida, e conseqüentemente, o desempenho em sala de aula, bem como a construção da relação aluno-professor tende a decair na qualidade.

Ademais, diante dos resultados obtidos foi possível verificar que alguns alunos possuem um contexto socioeconômico precário, principalmente no que se refere ao processo educacional desses jovens. Sendo a educação um processo que acontece tanto dentro quanto fora de casa, é notório que esse educar começa dentro da própria família e segue para outros ambientes externos a ela, neste caso, a escola.

Sabe-se que dentro do ambiente escolar existem três formas de educação para esse jovem, a primeira dela refere-se a educação formal, nela o aluno é submetido a uma grade curricular, baseada nos parâmetros nacionais, contendo uma vasta quantidade de matérias e conteúdos distintos. Já a segunda engloba a educação não formal, como: práticas complementares, dinâmicas, vivências, que de alguma maneira permitem que o jovem possa refletir sobre suas próprias condutas não somente dentro, mas fora da escola também. Por último, a educação informal designa-se aquela que vivenciada no dia a dia, nela há a troca de experiências, costumes, opiniões entre alunos, professores e funcionários, onde todas essas formas de educação são intimamente ligadas e fazem-se presentes no cotidiano escolar (Gohn, 2006; Pimenta, 2009).

Entretanto, realizar tal processo educacional de forma satisfatória não é uma tarefa fácil na prática, tendo em vista que muitos desses alunos não possuem condições familiares socioeconômicas adequadas para que seu processo educacional ocorra da maneira esperada. Alguns desses alunos são vítimas das mais diversas situações de violação e desamparo familiar, como: negligência, abusos físicos e verbais, além de alguns casos isolados que um dos pais está preso cumprindo pena. Tamanhas variáveis nesses cenários, em geral, inadequados para o crescimento psicoemocional de uma jovem, refletem numa convivência muitas vezes conflituosa entre alunos e professores e desses alunos com os demais colegas de classe.

Para Ferreira (2017), diversas habilidades são exigidas dos professores no ambiente escolar, e muitas vezes eles não estão preparados para lidar com tais situações, necessitando atualizar seus conhecimentos para um melhor desempenho. Nesse contexto, a família deve colaborar com a escola para que os alunos tenham um melhor desempenho, pois para a escola é muito importante ouvir a família, compreender sua história e sua evolução.

Segundo Bleger (1984) a prática do psicólogo direcionada para a psico higiene busca a prevenção do sofrimento antes que ele surja no espaço laboral, é o não tratamento exclusivo do sintoma, por meio de uma atividade psicológica que, primeiro, compreenda o porquê da necessidade do profissional psicólogo, já que motivações, demandas e vínculos aparecerão neste entendimento, assim como dê importância às coletividades de colaboradores e funcionários, neste caso, coordenação, gestão, alunado, diretoria, oficinairos, entre outros, com o intuito de ter a noção de como o processo de desgaste emocional, físico e psicológico pode ser criado e, dessa forma, intervir nos vínculos interpessoais insalubres, alienados e/ou reforçadores de práticas desiguais.

Portanto, ao focarmos nestes fundamentos, um dos resultados observados foi: a gestão divergia muito do que estava sendo relatado pelos alunos. A queixa escolar mais escutada através dos professores, gestora, coordenadora e diretora, foi sobre a violência alarmante dos alunos, em como está é um fator estressante, desmotivante e que coloca os funcionários em um lugar de insegurança e medo constantes, em que precisam lidar com seus carros riscados pelos alunos, com as ameaças frequentes, com xingamentos e com a provocação e briga entre estudantes. Inclusive, o motivo principal de terem buscado as universidades e o município foi essa violência. Nesse sentido, é necessário atentar para uma consideração feita por Simmel (1983 apud Moço e Schroeder, 2016) :

O conflito significa a negação da unidade. Esta negação não é necessariamente um fator negativo, mas é uma manifestação de um descontentamento que, se ignorado,

pode levar a situações de indisciplina e conseqüentemente a atitudes de violência que se configuram em formas de enfrentamento ao que está posto, mas que não se aceita.

De acordo com Abramovay e Rua (2002) para entender e explicar a violência na escola é preciso investigar aspectos relacionados tanto ao espaço intraescolar como ao extraescolar, como também as particularidades das vítimas e dos agressores e as diferentes instituições e ambientes que os alunos frequentam.

Uma das hipóteses a ser colocada é que, além do contexto familiar e comunitário do estudante não fomentar o progresso de sua educação, será que a própria instituição não estava, na realidade, até de forma automática, naturalizando uma forma de ser e agir do estudante que não dizia respeito à formação histórico-social individual e coletiva daquele conjunto de seres? Considerando a escola não só como reprodutora de modelos hegemônicos e culturais, mas também como criadora de situações de violência e, podemos supor que o conflito, estudado por meio das leituras e da prática, é uma forma de ir contra, de apresentar divergências em relação às normas e regras instituídas.

De todo modo, é de suma relevância dar luz à até que ponto esta situação (conflito) é útil para a autoanálise do espaço, com o intuito dos agentes repensarem, refletirem sobre suas atividades voltadas para os discentes já que, quando ela é intensificada e complexada, transforma-se em violência, a qual prejudica quem comete e quem sofre, afetando de forma física, psicológica e emocional.

Todavia, ao fazermos a dinâmica com os jovens, foi percebido que muitos que foram encaminhados pela gestão e coordenação, por questões que, geralmente, não se encaixam no contexto ao qual eles tanto retomaram na conversa durante nosso primeiro encontro, como os pontos divergentes da timidez, a ansiedade, o nervosismo, o luto, por parte de alguns alunos.

Dessa forma, há uma discrepância entre problema relatado (violência) e realidade vivenciada pelos alunos, os quais vêm, como foi apontado acima, de comunidades geradas por situações de desigualdade socioeconômica, que dificultam sua possibilidade de continuidade na escola, já que precisam custear, às vezes, com determinadas coisas, como materiais escolares e de uso pessoal para utilizarem no espaço educacional.

Assim, é necessário ressaltar que a instituição “escola” é uma das mais importantes da vida do indivíduo, já que contribui de forma significativa com o seu processo formativo, emancipatório, não só com a apreensão de conteúdos que serão úteis para a área acadêmica e,

posteriormente, para o mercado de trabalho, mas para a construção de valores, ideais e sentidos na vida daquele sujeito em crescimento (Meira, 2000).

E, mesmo com o compromisso e engajamento evidente dos professores para evidenciar e trabalhar os conceitos de respeito, integridade e comunicação não violenta, eles não visualizavam mudanças significativas. Já com o nosso prisma de olhar o local como situado em uma região que possui suas particularidades, em uma cultura e como produto de processos históricos, não consideramos unicamente a queixa e nem os movimentos realizados pelos docentes, principalmente, como momentos isolados, mas sim como concatenações de uma teia complexa de indivíduos diferentes e com atribuições distintas, os quais influenciam uns aos outros e modificam a realidade ao fazer isto, porque, segundo Góis (2005): “a atividade humana é, em primeiro lugar, social, e constitui a base da aprendizagem e do desenvolvimento cultural”.

Por isso, foi mister priorizar, por ser uma intervenção institucional, como o processo educacional e as demandas em casa, se tiverem relação direta com a queixa escolar, impactam nas vidas dos alunos e dos demais servidores. Na situação de violência, não havia um profissional da Psicologia para lidar com as necessidades individuais e/ou coletivas, sendo assim, a docência e a gestão tomavam para si a tarefa de educação dos alunos em relação às habilidades sociais funcionais fundamentais e, no entanto, o diálogo estabelecido entre eles era enfraquecido, já que o sentimento de identidade coletiva não foi identificada, onde a gestão personificou-se como parte responsável por delegar as tarefas e, ao mesmo tempo, deixar que os outros cumprissem com suas responsabilidades sem a supervisão e troca tão indispensáveis em um meio em que a efemeridade é uma das características principais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a experiência de estágio realizada, à medida que nos reunimos com a grupo docente, percebemos uma resistência da coordenação para aceitação do nosso trabalho com professores, tendo em vista que a questão primordial seria a violência tratada com os alunos, apesar disso, ficou claro a necessidade de escuta por parte dos professores, tendo em vista que a relação harmoniosa necessária para um ambiente escolar é atrapalhada frequentemente por diversos fatores, como a presença da violência na realidade da escola, que afeta a vivência do professor na execução da sua função e estabelecimento de uma relação de autoridade.

A partir dos encontros com os membros integrantes da instituição, foi possível compreender a importância da psicologia institucional no contexto escolar e a influência da

violência sob as relações entre os indivíduos componentes da escola. De modo que, concluímos uma correlação entre os alunos indisciplinados e a ausência do acompanhamento dos pais na escola, entendendo a existência de uma visão distorcida sobre o papel da escola na vida do indivíduo, exemplificada pela falta de vínculo de responsabilidade dos pais com a escola, e um desábito à convivência com autoridade que culminam no sucateamento da relação indivíduo-escola e reincidência da violência por diversas vias.

Dito isso, o trabalho de restabelecimento de relações respeitadas no contexto escolar se desenvolveu baseado no planejamento de atividades multidisciplinares que abordem o tema “respeito” e seu valor, reforçando a importância da aceitação de diferenças e respeito a autoridade dentro e fora da sala de aula, além da receptividade das queixas dos integrantes do processo de aprendizagem, ou seja, professores e alunos, buscando combater as barreiras impostas pela banalização da violência e a inversão de valores no conceito de aluno protagonista.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. **Violências nas escolas: versão resumida**. Brasília: UNESCO / Instituto Ayrton Senna / UNAIDS / Banco Mundial / USAID / Fundação Ford / CONSED / UNDIME, 2002.

BLEGER, J. *Psico-higiene e Psicologia Institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. *Psicologia institucional e processo grupal*. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair.

FERREIRA, H. B. N.. A AUSÊNCIA DOS PAIS NA ESCOLA E A NECESSIDADE DESTA PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR. **Intercursos**, Ituiutaba, v. 16, n. 1. 2017.

GOHN, Maria da Glória . Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.
<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfO/?format=pdf&lang=pt>

GÓIS, C. W. de L. **Psicologia comunitária: atividade e consciência**. Fortaleza, CE: Publicações Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, p. 237, 2005.

GUIRADO, Marlene. *Psicologia Institucional: O Exercício da Psicologia Como Instituição. Interação em Psicologia*, Universidade de São Paulo, v. 13, n. 2, p. 323-333, 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/9447/11377> Acesso em: 16 jul. 2022.

GULA, Patricia; PINHEIRO, Nadja. Entre o limite e a esperança: relato de uma experiência em psicologia institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 358-367, junho, 2007 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000200015>>. Acesso em: 16 Jul. 2022.

KROEF, R. F. da S.; GAVILLON, P. Q.; RAMM, L. V.. Diário de Campo e a Relação do(a) Pesquisador(a) com o Campo-Tema na Pesquisa-Intervenção. **Estud. pesqui. psicol.** [online]. 2020, vol.20, n.2, pp. 464-480. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812020000200005. Acesso em: 26 de Set. 2023.

MACHADO, Adriana Marcondes. A Produção de Desigualdade nas Práticas de Orientação. **Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www2.fe.usp.br/~cpedh/Desigualdade%20e%20Educ%20Adriana%20Marc.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

MEIRA, M. E. M. Psicologia Escolar: pensamento crítico e práticas profissionais. In: TANAMACHI, E. de R., PROENÇA, M. ; ROCHA, M. L. da (Orgs.). **Psicologia e Educação: desafios teórico-práticos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 35-71, 2000.

MOÇO, Iraci Lasta; SCHROEDER, Tânia Maria Rechia. **Violência Escolar: tecendo compreensões e ações. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE, 2014** / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional, - v. 1, Curitiba: SEED – Pr, 2016.

PIMENTA, Selma Garrido et al. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. In: PIMENTA, Selma Garrido et al. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTEL, Mariana Simões Gomes et al. Ensino das lutas: dos princípios condicionais aos grupos situacionais. **Movimento**, v. 16, n. 2, pp. 207-227, abril-junho, 2010. Escola de Educação Física Rio Grande do Sul, Brasil.